

Aplicação do Pronunciamento Técnico PME nas Pequenas e Médias Empresas

Gerson Roberto Rower¹
Clésia Ana Gubiani²
Gabriela Palavicini³
Silvana Dalmutt Kruger⁴

RESUMO

O objetivo do estudo foi investigar a implantação do Pronunciamento Técnico PME nas pequenas e médias empresas do município de Chapecó – SC. A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa descritiva, de levantamento e com abordagem quantitativa. A amostra considerou vinte e três Organizações Contábeis do município de Chapecó – SC, que possuem 3.270 empresas clientes e das quais 94,37% enquadram-se como pequenas e médias empresas sujeitas ao CPC PME. Constatou-se que as Organizações Contábeis estão em fase inicial de adequação às exigências do Pronunciamento Técnico PME, quanto à aplicação dos conceitos de reconhecimento, avaliação e evidenciação contábil. Os resultados evidenciam relevantes fragilidades das Organizações Contábeis investigadas em relação à adoção do Pronunciamento Técnico PME, indicando que a evidenciação e as alterações normativas ainda estão distantes de atenderem as características qualitativas que tornam úteis as informações nas demonstrações contábeis para as pequenas e médias empresas.

Palavras-chave: CPC PME. Novas normas de contabilidade. Pequenas e médias empresas. Organizações contábeis.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade brasileira passa por um importante processo de mudanças, exigindo alterações nas práticas contábeis das empresas. A base legal dessas mudanças advém das Leis 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, as quais visam à harmonização da contabilidade aos padrões das normas internacionais de contabilidade, as *International Financial Reporting Standards* – IFRS, bem como, dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Mourad e Paraskevopoulos (2010) afirmam que a adoção das IFRS está causando uma verdadeira revolução na contabilidade, gerando desafios e oportunidades para os profissionais da área. Como pontos positivos das novas normas, destacam a maior transparência para investidores e facilidades na captação de crédito junto ao mercado. Entre os aspectos negativos ressaltam o aumento de custos com divulgações das informações contábeis e a

¹ Mestre em Administração. Professor da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. E-mail: rower@unochapeco.edu.br.

² Mestre em Contabilidade. Professora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. E-mail: clesia@unochapeco.edu.br.

³ Graduada em Contabilidade. UNOCHAPECÓ. E-mail: ga.bi@unochapeco.edu.br.

⁴ Mestre em Contabilidade. Professora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. E-mail: silvanak@unochapeco.edu.br.

implementação de novos sistemas, também o tempo necessário para adequação às novas rotinas.

De acordo com Braga e Almeida (2009, p. 3) as mudanças inseridas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 “procuram criar condições para harmonizar as práticas contábeis adotadas no país e respectivas demonstrações contábeis com as práticas e demonstrações exigidas nos principais mercados financeiros mundiais”.

Os Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo CFC e transformados em resoluções visam adotar e potencializar a convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais – as IFRS, na busca da harmonização da linguagem contábil para os distintos usuários, por meio dos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações Técnicas emitidas pelo CPC.

Iudícibus et al. (2010) e Mourad e Paraskevopoulos (2010) destacam que a constituição do CPC foi um marco importante para os avanços da contabilidade, considerando que este surgiu da união de esforços e objetivos comuns de diversas entidades.

O conjunto das novas normas de contabilidade altera a forma de apresentação das informações e dos critérios de avaliação e mensuração dos itens patrimoniais. Essas mudanças atingem todas as empresas com fins lucrativos. As companhias de capital aberto e de grande porte, ou obrigadas à divulgação pública de prestação de contas devem atender na íntegra ao conjunto de Pronunciamentos Técnicos do CPC, ou seja, atender integralmente as IFRS.

Segundo o CFC (2009), as demais empresas que elaboram demonstrações contábeis para fins gerais aos diversos usuários contábeis, devem atender ao Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, conforme a Resolução CFC nº 1.255 de 10 de dezembro de 2009, denominada também de NBC TG 1000.

O Pronunciamento técnico PME (CFC, 2009) descreve os objetivos e as características qualitativas que tornam úteis as informações nas demonstrações contábeis, e ainda, define os conceitos e princípios para a elaboração e evidenciação das demonstrações contábeis para as pequenas e médias empresas. Diante disso, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o nível de implantação do Pronunciamento Técnico PME nas pequenas e médias empresas? O objetivo do estudo é investigar a implantação do Pronunciamento Técnico PME nas pequenas e médias empresas do município de Chapecó – SC.

A partir da publicação da Resolução 1.255/09 pelo CFC, a elaboração das demonstrações contábeis das pequenas e médias empresas, deverá observar um conjunto de procedimentos técnicos quando elaboradas para usuários externos, como credores em geral, sócios investidores e agências de avaliação de crédito. A referida norma deve ser observada pelos profissionais da contabilidade, sob pena de sanções por parte do Conselho Regional de Contabilidade ou ainda, em razão de possíveis prejuízos que podem ser causados às empresas, em função de exigências nos editais de concorrências públicas ou obtenção de linhas de créditos.

Assim, a relevância do tema justifica-se em razão das recentes alterações ocorridas nas normas brasileiras de contabilidade, bem como, da complexidade em relação a sua aplicação e da representatividade de empresas que estão obrigadas as exigibilidades do Pronunciamento Técnico PME.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura apresenta os conceitos que sustentam o assunto pesquisado e serve de subsídio para a análise dos dados coletados. A primeira subseção apresenta o contexto envolvendo o Pronunciamento Técnico PME e sua aplicação, enquanto a segunda

subseção apresenta alguns Estudos Correlatos e os resultados já obtidos em investigações de natureza similar.

2.1 O Contexto do Pronunciamento Técnico PME: Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas

A contabilidade, na condição de ciência social, é influenciada pelos diversos ambientes em que atua. No cenário internacional esse contexto é ainda mais sensível, pois cada país tem sua cultura, estrutura política e econômica, ambiente jurídico e sistema educacional, que acabam influenciando na linguagem e práticas contábeis. Essas diferenças em termos internacionais dificultam a comparabilidade e compreensão da contabilidade face à falta de uniformidade.

Na última década a busca pela harmonização contábil tem envolvido iniciativas e esforços de diversos organismos em nível mundial. Dentre outros, Wefford (2005); Schmidt, Santos e Fernandes (2006); Niyama (2010), cita a contribuição do *International Accounting Standards Board (IASB)*, *Standing Interpretation Commmittee (SIC)*, *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, *Standards Advisory Council (SAC)*, o *International Federation of Accountants (IFAC)*, e outros órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização para Desenvolvimento e Cooperação Econômica (ODCE).

O IASB é responsável pela emissão das *International Accounting Standards (IAS)* e *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. De acordo com Mourad e Paraskevopoulos (2010) e Carvalho e Lemes (2010) os Pronunciamentos do IASB são compostos pelas normas IFRS e as IAS e suas interpretações. Estes são conhecidos como princípios contábeis e tem por objetivo a implementação de maior transparência nas demonstrações contábeis, bem como, proporcionar a comparabilidade em diversos países, fornecendo maior quantidade de informações para a tomada de decisões pelos diversos usuários da contabilidade.

Para Padoveze, Benedicto e Leite (2012), a internacionalização e desenvolvimento do mercado de capitais, impõe a necessidade de um conjunto de relatórios contábeis padronizados, visando à comparação e compreensão das informações econômico-financeiras entre diversas empresas, localizadas em diferentes partes do mundo. Com a uniformização dos procedimentos contábeis às normas internacionais, haverá mais transparência nas informações, reduzindo-se o risco do investimento e o custo do capital.

Diversos países já aderiram às chamadas normas internacionais e outros ainda estão em processo de convergência de suas normas contábeis para os IFRS. No Brasil o ponto de partida para a adoção do IFRS foi à constituição de um órgão não governamental para regulamentar as práticas e normas contábeis, denominado de Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), regulamentado pela Resolução CFC nº 1.055/2005 (COSTA, YAMAMOTO e THEÓPHILO (2011).

Conforme o CFC (2012) o objetivo de CPC é estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos sobre procedimentos contábeis, bem como, a divulgação de informações que permitam a emissão de normas, visando centralizar e uniformizar os processos, para possibilitar a convergência da contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Desde sua constituição, o CPC emitiu um conjunto de mais de 40 Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações Técnicas voltadas a orientar o registro, mensuração e evidenciação contábil. O Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e

Médias Empresas, aprovado por meio da Resolução CFC nº 1.255/09, torna a NBC TG 1000 obrigatória para todas as empresas não enquadradas pela Lei 11.638/2007, como companhias abertas ou de grande porte, não reguladas pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados (CFC, 2012).

Portanto, a NBC TG 1000 deve ser adotada por todas as empresas de pequeno e médio porte (não companhias abertas ou de grande porte) e que não possuem obrigação pública de prestação de contas e elaboram as demonstrações contábeis para fins gerais aos diversos usuários contábeis a partir do exercício findo em 2010.

O CPC PME (2009, p. 13) evidencia que “o objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade,” visando possibilitar a geração de informações úteis para o processo de tomada de decisões nestas entidades.

Segundo Ernest & Young (2010), entre as principais diferenças do conjunto completo de Pronunciamentos Contábeis para o CPC PME está a apresentação das demonstrações financeiras, pois há menos exigências de divulgação em alguns casos e algumas das declarações podem ser omitidas ou fundidas com outras declarações, reduzindo os requisitos de divulgação para as empresas enquadradas ao CPC PME.

2.2 Estudos Anteriores sobre o CPC PME

Devido à importância das pequenas e médias empresas para a economia nacional e a quantidade de empresas que estão sujeitas ao Pronunciamento Técnico CPC PME, já ocorreram algumas pesquisas para investigar a adoção das normas pelas empresas e a elaboração das demonstrações contábeis, como: Prado, Teixeira e Bernadino (2010), Sian e Roberts (2009), Rower, Bordignon e Kruger (2012) e Kos et al. (2011)

A investigação de Prado, Teixeira e Bernadino (2010) trata-se de uma pesquisa sobre o nível de utilização do Pronunciamento PME na elaboração das demonstrações contábeis, pelos contadores dos municípios de Araguari, Uberaba e Uberlândia – MG. Os resultados apontam que apenas 25% dos respondentes afirmaram ter adotado o CPC PME nas empresas em que são responsáveis pela contabilidade. Ainda de acordo com a pesquisa, menos da metade dos contadores sequer conhecem o conteúdo do Pronunciamento PME na íntegra, sendo que prevêm um período mínimo de tempo de 2 a 4 anos, para a adaptação às novas normas. Os respondentes apontaram que o despreparo da classe contábil e a falta de apoio e treinamento por parte dos órgãos representativos são os principais responsáveis pela baixa adesão apresentada.

O estudo realizado por Sian e Roberts (2009), constatou que 99,1% das pequenas empresas administradas por seus proprietários elaboram o balanço patrimonial e 83,1% realizam a demonstração de resultados. No entanto, apenas 22,2% elaboram a demonstração do fluxo de caixa.

Rower, Bordignon e Kruger (2012) objetivaram analisar as práticas contábeis adotadas pelos profissionais contábeis inseridas no Pronunciamento Técnico PME, quanto ao reconhecimento, avaliação e evidenciação dos itens patrimoniais na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. A amostra foi composta por 19 entidades prestadoras de serviços contábeis do Município de Chapecó-SC. Constataram que aproximadamente 84% das empresas-clientes estão sujeitas ao CPC PME, todavia somente 32% dos profissionais contábeis pesquisados afirmaram conhecer e entender o pronunciamento, outros 47% afirmam adotar parcialmente as alterações e outros 16% não conhecem ou não adotam o CPC PME.

Além disso, 82% dos respondentes afirmaram que as principais dificuldades para a implementação da norma CPC PME são os custos de implantação e a falta de mão-de-obra capacitada.

A pesquisa de Kos et al. (2011) verificou se os gestores das MPEs recebem, compreendem e utilizam informações contábeis em seu processo de gestão. A amostra foi constituída por 50 empresas da cidade de Guarapuava-PR. A coleta de dados foi realizada pessoalmente, por meio de questionário com questões abertas e fechadas com escala *Likert*. Os resultados mostram que os gestores recebem parte das informações, não as compreendem, porém as usam como subsídio em seu processo decisório, dentro do limite de sua compreensão. O termo que mais gerou dificuldade de entendimento foi Receita Contábil. Ainda observou-se que o nível de formação do gestor interfere na compreensibilidade da informação.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como descritivo, visando investigar a implantação do Pronunciamento Técnico PME nas pequenas e médias empresas do município de Chapecó – SC.

Quanto aos procedimentos caracteriza-se como uma pesquisa de levantamento, pois foram realizadas entrevistas estruturadas com os profissionais que são proprietários de Organizações Contábeis do Município de Chapecó.

A população da pesquisa é composta de 169 Organizações Contábeis situadas no Município de Chapecó - SC, sendo que a amostra do estudo é composta por 23 Entidades Contábeis, representando 13,6% do total. As entidades pesquisadas prestam serviços para 3.270 empresas, de um total de 15.018 em atividade (21,8%) instaladas no município.

A escolha das entidades entrevistadas se deu de forma aleatória, conforme disponibilidade dos responsáveis para contribuir com a pesquisa. As entrevistas foram realizadas por meio de um questionário aplicado no período de agosto a outubro de 2012 e referem-se ao exercício base de 2011 e 2012.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois se utiliza das interpretações e análise das respostas das questões de pesquisa, visando investigar a implantação do Pronunciamento Técnico PME nas pequenas e médias empresas objeto do estudo.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, verificou-se o número de pessoas que colaboram diretamente junto às 23 Organizações Contábeis pesquisadas, bem como, a formação profissional. Constatou-se que o número total de funcionários à disposição das Organizações é de 382 colaboradores, destes 108 são graduados em Ciências Contábeis. Assim, pode-se observar que o número médio de colaboradores por entidade contábil é de aproximadamente 17 e, em média, o número de graduados em contabilidade é de 5 profissionais por entidade. Neste contexto, do total de colaboradores 28% possuem graduação em contabilidade.

Na Tabela 1 demonstra-se a frequência absoluta e relativa de colaboradores junto aos escritórios pesquisados.

Tabela 1 – Distribuição dos colaboradores por organização contábil

Número de colaboradores	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Até 5	0	0,00
6 a 15	15	65,22

16 a 50	6	26,09
Acima de 50	2	8,69
Total	23	100

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 1 verificou-se que 15 Organizações Contábeis possui uma equipe entre 6 e 15 pessoas. Na faixa de 16 a 50 colaboradores tem-se somente 26,09% dos entrevistados e 8,69% das entidades possuem equipe superior a 50 colaboradores.

Em seguida, fez-se a identificação do número de empresas-clientes de cada organização contábil, separou-se o número de clientes obrigados à publicação das suas demonstrações contábeis pelas novas normas e a quantidade de organizações enquadradas como sendo do terceiro setor. No total, as Organizações Contábeis prestam serviços para 3.270 empresas-clientes, das quais somente 17 são obrigadas a divulgação pública de suas demonstrações contábeis e 167 são entidades do terceiro setor ou sem fins lucrativos. Neste contexto, verifica-se que 3.086 empresas estão sujeitas ao Pronunciamento Técnico PME. A Tabela 2 apresenta a média de empresas-clientes por colaborador, por colaborador graduado em contabilidade por organização contábil e também a média geral.

Tabela 2 - Número médio de clientes por colaborador e por profissional contábil das Organizações Contábeis

Organização Contábil	Número de colaboradores	Número de contadores	Número de empresas-clientes	Média de clientes por colaborador	Média de empresas-clientes por profissional contábil
1	52	15	250	5	17
2	8	2	110	14	55
3	9	4	150	17	38
4	19	3	135	7	45
5	6	1	150	25	150
6	8	3	210	26	70
7	18	8	110	6	14
8	9	3	110	12	37
9	17	7	60	4	9
10	18	3	115	6	38
11	7	1	100	14	100
12	8	1	140	18	140
13	20	8	105	5	13
14	15	2	155	10	78
15	8	1	80	10	80
16	16	3	115	7	38
17	10	1	90	9	90
18	12	3	170	14	57
19	15	5	145	10	29
20	10	3	120	12	40
21	75	20	450	6	23
22	8	6	110	14	18
23	14	5	90	6	18
Total	382	108	3270	9	30

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 2, verificou-se que o número total de empresas é de 3270 portanto a média de empresas-clientes por Organização Contábil é de 142 e que a gera uma média de 9 empresas por colaborador. Se for considerado somente os graduados, têm-se um número médio de 30 empresas para cada profissional contábil. Essa condição pode indicar uma sobrecarga de trabalho que pode ser prejudicial à qualidade dos serviços e informações produzidas por esses profissionais.

Investigou-se o número de clientes sujeitos ao CPC PME que demandam regularmente informações contábeis para fins de cadastro ou obtenção de crédito. A Tabela 3 demonstra o

número de empresas-clientes sujeitas ao CPC PME, bem como, as que demandam de demonstrações contábeis para usuários externos e o número de empresas que já elaboram as notas explicativas.

Tabela 3 – Empresas que demandam informações para usuários externos e elaboram notas explicativas

Descrição	Nº	%
Empresas que demandam informações para usuários em geral	2.427	78,65
Empresas que elaboram notas explicativas às demonstrações contábeis	526	17,04
Total de empresas clientes sujeitas à norma PME	3.086	100

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 3, constatou-se que das 3.086 empresas sujeitas ao CPC PME, 2.427 que representa 78,65% das empresas necessitam de informações para usuários em geral, portanto, já deveriam elaborar a contabilidade e seus relatórios com base no CPC PME.

Verificou-se para quantas dessas empresas são elaboradas notas explicativas de forma complementar as demonstrações contábeis. Constatou-se que somente 526 empresas são atendidas nesse quesito. Esta informação demonstra que somente 17,04% das empresas atendem ao CPC PME neste aspecto, pois as notas explicativas são obrigatórias e são informações importantes que complementam as demonstrações contábeis. Sem as notas explicativas não é possível compreender as bases de avaliação dos elementos patrimoniais, as políticas contábeis utilizadas, bem como, outros elementos que afetam o resultado da empresa no período.

Investigou-se junto aos responsáveis pelas Organizações Contábeis pesquisadas, quais demonstrativos são elaborados para as empresas-clientes que demandam informações para usuários em geral. Constatou-se que todas as Organizações Contábeis elaboram o balanço patrimonial (BP) e a demonstração de resultado do exercício (DRE), no entanto, apenas 47,83% elaboram a demonstração de fluxo de caixa (DFC), 26,09% elaboraram a demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e 17,04% elaboraram as notas explicativas das demonstrações contábeis.

Indagou-se sobre a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de forma comparativa. Neste aspecto, verificou-se que apesar de todas as Organizações Contábeis apresentarem o BP e DRE para todas as empresas-clientes, apenas 26,09% apresentam essas demonstrações de forma comparativa, conforme exige o CPC PME. De acordo com o CPC PME (2009) as demonstrações contábeis devem ser sempre apresentadas em colunas comparativas, possibilitando maior entendimento da evolução patrimonial e do desempenho da empresa ao comparar as informações de pelo menos dois períodos.

O Quadro 1 sintetiza os principais itens referentes a avaliação de ativos e passivos, aplicados pelos profissionais contábeis em relação as empresas-clientes.

Quadro 1: Avaliação de ativos e passivos

Avaliação de ativos e passivos	
Itens abordados	Número de PMEs
Reconhecimento de perdas por obsolescência	12
Cálculo da depreciação pelo novo modelo	4
Ajustes de valor patrimonial no imobilizado	3
Avaliação pelo valor justo dos ativos biológico	0
Realização do teste de imparidade em 2010 e 2011	0
Aplicação do conceito valor em uso	0
Reconhecimento de ativos e passivos de LP a valor presente	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o Quadro 1, em relação ao número de empresas que fazem ajustes no valor contábil dos seus estoques, reconhecendo eventuais perdas por obsolescência, identificou-se que das 3.086 pequenas e médias empresas, em somente doze delas o valor contábil dos estoques foi ajustado, reconhecendo as perdas por obsolescência.

Conforme o CPC PME (2009), as empresas devem fazer ajustes no valor contábil dos seus estoques, reconhecendo as perdas por obsolescência, as perdas com os danos e os preços em declínio. A avaliação para identificar se é necessário efetuar ajustes reduzindo o valor de algum item do estoque ao valor recuperável, é feita a partir da análise do valor contábil com o preço de venda, menos os custos estimados com a venda.

Em relação ao cálculo da depreciação, identificou-se o número de empresas que considera a existência de um valor residual ao final do período de vida útil estimado. Somente 4 empresas não seguem o cálculo da depreciação pela tabela da Receita Federal, sendo que calculam a depreciação com base na verdadeira vida útil, além de considerar um valor residual.

A empresa deve escolher o método de depreciação que melhor se enquadre nos padrões que se espera consumir os benefícios econômicos e futuros do ativo. Uma das questões importantes é que as empresas, a partir da adoção do CPC PME, deverão considerar um valor residual para o cálculo da depreciação.

Outro quesito analisado no Quadro 1 foi se as pequenas e médias empresas efetuaram ajustes de valor patrimonial em algum item do seu ativo imobilizado no ano de 2010. Constatou-se que apenas 3 empresas fizeram os ajustes no seu imobilizado no ano de 2010. De acordo com esta informação, é possível perceber que o número de pequenas e médias empresas que procedeu ao ajuste a valor presente nos ativos imobilizados é reduzido, situação que preocupa diante das inúmeras mudanças que devem considerar em suas demonstrações contábeis.

Também foram questionados os profissionais contábeis responsáveis pelas Organizações pesquisadas, se algum de seus clientes possui ativos biológicos. Identificou-se que somente 3 empresas-clientes possuem ativos biológicos. Questionou-se sobre a realização da avaliação pelo valor justo, menos as despesas estimadas de venda, ou se todos foram registrados pelo custo histórico, sendo que os profissionais contábeis relataram que continuam avaliando os ativos biológicos destas entidades pelo custo histórico.

Percebeu-se que existe certo desconhecimento por parte dos profissionais contábeis entrevistados em relação ao conceito de avaliação pelo método do valor justo. Ainda por meio do Quadro 1, visualiza-se outro questionamento importante relacionado aos ativos e passivos. Buscou-se saber em quantas pequenas e médias empresas o teste de imparidade foi realizado no ano de 2010 e 2011. Observou-se que nenhuma das empresas realizou o teste de imparidade no referido período. O teste da imparidade é realizado para mensurar a perda de capacidade de recuperação de um ativo. Porém, primeiro é preciso identificar as perdas de valor recuperável e ajustar o balanço patrimonial.

Em relação à aplicação do conceito de valor em uso, os profissionais contábeis entrevistados admitiram que para nenhum cliente adotou-se tal procedimento. Assim, deixam de saber o valor presente dos fluxos de caixa futuros que um ativo ainda pode gerar.

Durante a entrevista, foi questionado se alguma PME reconhece, nas suas demonstrações contábeis, os ativos e passivos de longo prazo a valor presente. Conforme evidenciado no Quadro 1 nenhuma PME clientes dos escritórios investigados reconhecem seus ativos e passivos de longo prazo a valor presente.

De modo geral, do número de empresas-clientes apenas 0,61% utilizou dos critérios de avaliação dos ativos e passivos na evidenciação da situação patrimonial e apresentação das demonstrações contábeis, conforme as exigências do CPC PME.

Outra questão abordada com os entrevistados refere-se à qualidade das informações que chegam até os escritórios para serem processadas e que servem de base para elaboração das demonstrações contábeis. Neste sentido, perguntou-se aos profissionais contábeis em que medida o movimento econômico e financeiro apresentado pelos seus clientes, reflete a verdadeira situação da empresa. Em síntese, procurou-se saber qual o percentual de empresas por Organização Contábil, cuja contabilidade reflete a verdadeira situação patrimonial da empresa, conforme evidencia o Quadro 2.

Quadro 2: Verdadeira situação econômica e financeira refletida nas demonstrações contábeis

Percentual de clientes que a contabilidade reflete a verdadeira realidade econômica e financeira	Número de Organizações Contábeis
Até 10%	9
11% a 20%	8
21% a 35%	2
36% a 55%	1
Acima de 55%	1
Não informaram	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Das 23 Organizações Contábeis investigadas, em nove delas os profissionais contábeis responderam que em até 10% das empresas-clientes as demonstrações são elaboradas de acordo com a real situação. Em oito Organizações o percentual foi de 11 a 20%. Duas delas responderam que, de 21 a 35% das empresas-clientes as demonstrações representam a realidade e duas Organizações Contábeis não responderam essa questão. Em uma das entidades a resposta foi de 36 a 55% e em apenas uma Organização Contábil a resposta foi acima de 55% das empresas-clientes em que a Contabilidade reflete a verdadeira realidade econômica e financeira.

De modo geral, é muito baixo o percentual de empresas-clientes que se utilizam da contabilidade a partir dos demonstrativos contábeis para analisar sua real situação econômica e financeira. Com base nos resultados do Quadro 2, pode-se refletir a respeito do principal problema da qualidade dos relatórios contábeis das empresas. Estas não refletem a verdadeira situação econômica e financeira das empresas, tendo como uma das justificativas centrais a prejudicada remessa de informações às Organizações Contábeis. Observa-se que para 17 das 23 organizações investigadas, o percentual de empresas-clientes cujas demonstrações contábeis refletem a condição real da situação econômica e financeira é de apenas 20%, o que inviabiliza o processo de análise e tomada de decisões com base nas informações geradas.

Com relação à mensuração do verdadeiro valor patrimonial das empresas, as dificuldades e problemas enfrentados segundo os profissionais contábeis entrevistados são: a questão tributária elevada que leva a sonegação de impostos, o custo da informatização e o custo dos serviços contábeis. Os entrevistados também mencionaram a cultura de falta de preocupação com as informações, mantendo o foco somente na parte comercial, e ainda, a falta de pessoal qualificado nas empresas.

Por fim, abordou-se sobre as novas normas brasileiras de contabilidade, especificamente em relação ao CPC PME. Foram questionados os profissionais contábeis sobre a importância de capacitar seus funcionários. Embora algumas respostas foram no sentido da necessidade de buscar capacitação, muitos sequer têm previsão para tal, mencionando que vão esperar pois acreditam que a norma será revisada. Alguns informaram que participaram de cursos e outros pretendem participar de cursos oferecidos pelo Sindicato

dos Contabilistas. No entanto, de modo geral, observou-se a necessidade de fiscalização da adoção do Pronunciamento Técnico PME, além da compreensão por parte da categoria contábil dos benefícios que o conjunto completo de informações pode proporcionar aos diversos usuários da contabilidade, além da valorização profissional obtida a partir da percepção da qualidade das informações contábeis elaboradas.

4 CONCLUSÕES

O estudo realizado buscou levantar junto aos profissionais contábeis proprietários de Organizações de Prestação de Serviços de Contabilidade, sobre o nível de implantação do Pronunciamento Técnico PME na contabilidade das empresas-clientes sob sua responsabilidade.

O desenvolvimento da pesquisa deu-se a partir da escolha aleatória de 23 Organizações de Serviços Contábeis do município de Chapecó – SC, sendo que as mesmas possuem um total de 3.270 clientes, dos quais 3.086 enquadram-se como pequenas e médias empresas sujeitas ao CPC PME.

Foi possível verificar que as pequenas e médias empresas do município de Chapecó apresentam baixa adequação com relação às exigências do Pronunciamento Técnico PME, inclusive em relação à aplicação dos conceitos e técnicas mais elementares desta normativa.

Um dos itens que pode contribuir com esse baixo nível de implementação é o quadro funcional das organizações contábeis, que apresentaram um número baixo de funcionários graduados em contabilidade. Além disso, o número médio de clientes por entidade pode ser considerado elevado, o que pode também influenciar para que as demonstrações contábeis das empresas ainda não estejam adequadas ao CPC PME.

Outros dados sobre a aplicação do CPC PME tratados durante as entrevistas, também demonstram a baixa adesão das Organizações Contábeis na elaboração das demonstrações contábeis para as empresas-clientes, um desses indicadores é o fato de que somente para 17,04% das empresas-clientes são elaboradas as notas explicativas relacionadas às demonstrações contábeis.

Observou-se que em 17 das 23 Organizações Contábeis investigadas, apenas em até 20% das empresas-clientes as demonstrações são elaboradas de acordo com a real situação e a contabilidade reflete a verdadeira realidade econômica e financeira.

Outra constatação preocupante é que somente 0,61% das empresas-clientes utilizam os critérios de avaliação dos ativos e passivos na evidenciação da real situação patrimonial, conforme as exigências do CPC PME.

Diante dos resultados dos dados apresentados, a situação é preocupante em relação ao envolvimento dos profissionais contábeis e por parte das empresas-clientes com as importantes mudanças que estão ocorrendo na forma de apresentação e evidenciação das demonstrações contábeis e ao conjunto de exigências do Pronunciamento Técnico PME.

Destaca-se ao final do estudo, que a contabilidade das pequenas e médias empresas investigadas ainda está distante de atender ao CPC PME. Profissionais Contábeis e empresários precisam adequar os procedimentos para implantar as novas normas com urgência, sob pena de prejuízos e sanções para ambos, visto tratar-se de norma legal aplicável desde 2010. Assim, o nível de adequação observado neste estudo é insatisfatório e ainda está distante de atender as exigências deste Pronunciamento.

REFERÊNCIAS

BRAGA, H. R.; ALMEIDA, M. C. **Mudanças contábeis na lei societária**: Lei nº 11.638, de 28-12-2007. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.638 de 27 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso: 23 de mar. 2012.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm> .

Acesso: 23 mar. 2012.

CARVALHO, L. N.; LEMES, S. **Contabilidade internacional para graduação**. Texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha. São Paulo: Atlas, 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br/oque.htm>>. Acesso em 20 mar.. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Contabilidade para pequenas e médias empresas**: Normas brasileiras de contabilidade NBC TG 1000. 1ª ed. Brasília: CFC, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.055/2005** – Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Disponível em:

http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055 Acesso em: 29 fev. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Pronunciamento Técnico PME** – Contabilidade para pequenas e médias empresas. Aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09.

Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf , Acesso em : 29 fev. 2012.

COSTA, J. A.; YAMAMOTO, M. M.; THEÓPHILO, C. R. **A aderência dos**

Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. In:

Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11, 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo:

2011. Disponível em: <http://www.congressusp.fipecafi.org/artigos112011/211.pdf> >Acesso: 10 ago. 2012.

ERNST & YOUNG TERCO; FIPECAPI. **IFRS: 1º ano**: análises sobre a adoção inicial do

IFRS no Brasil. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/FIPECAFI_1_ano_de_IFRS/\\$FILE/Fipecafi_Baixa.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/FIPECAFI_1_ano_de_IFRS/$FILE/Fipecafi_Baixa.pdf)> Acesso em 16 mar. 2012.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

- KOS, S. R.; ANJOS, R. P.; ESPEJO, M. M. S. B.; RAIFUR, L. Compreensão e utilização da informação contábil pelo micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11, 2011. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: 2011. Disponível em :
http://www.congress USP.fipecafi.org/artigos112011/an_resumo.asp?con=1&cod_trabalho=364 Acesso em: 08 fev. 2013.
- MOURAD, N. A.; PARASKEVOPOULOS, A. **IFRS: introdução às normas internacionais de contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- NIYAMA, J. K. **Contabilidade internacional**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2010.
- PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C.; LEITE, J. S. J. **Manual de Contabilidade Internacional: IFRS – US GAAP- BR GAAP**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- PRADO, T. A. R.; TEIXEIRA, B. R.; BERNARDINO, F. F. M.; LEMES, S. A utilização do pronunciamento do CPC para as pequenas e médias empresas: um estudo caso nas cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia - MG. In: XIV Seminário de Ensino e Pesquisa em Administração – SEMEAD, 14, 2011. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2011. Disponível em <www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/.../149.pdf> Acesso em: 24 mar. 2012.
- ROWER, G. R.; BORDIGNON, A. C.; KRUGER, S. D. Contabilidade para pequenas e médias empresas: uma análise das práticas adotadas pelos profissionais contábeis. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12, 2012. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: 2012. Disponível em :
http://www.congress USP.fipecafi.org/artigos122012/an_resumo.asp?con=1&cod_trabalho=263 Acesso em: 08 fev.2013.
- SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A. **Fundamentos de contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.
- SIAN, S.; ROBERTS, C. UK small owner-managed businesses: accounting and financial reporting needs. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 16, n. 2, p. 289-305, 2009.
- WEFFORD, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo: Atlas, 2005.